



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE CONTROLE DA LOGÍSTICA POLICIAL - SECOL/DPC/CGPLAM/DLOG/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9933135/2019-SECOL/DPC/CGPLAM/DLOG/PF

Processo nº 08200.015531/2018-90

1. **DO OBJETO**

1.1. Aquisição de **Equipamentos de Primeiros Socorros voltados à atividade policial**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

| ITEM | DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO | IDENTIFICAÇÃO CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$) | VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$) |
|------|--|-------------------------|-------------------------|------------|---|--|
| 1 | BORNAL MODULAR- Bornal tipo socorrista para uso pessoal e transporte dos equipamentos de primeiros socorros policiais. Características do produto: Confeccionado em nylon cordura 1000, com zíper duplo em poliéster que permita abertura de fundo a fundo (180º graus). Com separações internas para tipos diversos de materiais de primeiros socorros. Fechamentos de reforço com tirantes e conectores de soltura rápida. Com alça de mão e fitas que se encaixam aos coletes, mochilas e bolsas por meio do sistema MOLLE universal. Dimensões mínimas: 11 cm x 17 cm x 7 cm. Na cor preta. | 353 | UNIDADE | 2645 | 95,70 | 253.126,50 |
| 2 | BORNAL MODULAR- Bornal tipo socorrista para uso pessoal e transporte dos equipamentos de primeiros socorros policiais. Características do produto: Confeccionado em nylon cordura 1000, com zíper duplo em poliéster que permita abertura de fundo a fundo (180º graus). Com separações internas para tipos diversos de materiais de primeiros socorros. Fechamentos de reforço com tirantes e conectores de soltura rápida. Com alça de mão e fitas que se encaixam aos coletes, mochilas e bolsas por meio do sistema MOLLE universal. Dimensões mínimas: 11 cm x 17 cm x 7 cm. Na cor preta. | 353 | UNIDADE | 835 | 95,70 | 79.909,50 |
| 3 | ATADURA DE CREPOM para utilização em terapia compressiva, em imobilizações e curativos Características do Produto: Sem desfilamento lateral; Compressão uniforme; Elasticidade adequada, macia e isenta de fios soltos, dimensões: 15 cmx1,8 m; Qualidade: 13 fios. | 361770 | UNIDADE | 7410 | 1,26 | 9.336,60 |
| 4 | COMPRESSA DE GAZE ALGODONADA- Gaze para tratamento de feridas. Caixa com 10 unidades. Características do Produto: Dimensões: 7,5 x 7,5 cm; Estéril; Tecido de gaze 13 fios. 8 camadas e cinco dobras. | 269971 | PACOTE | 7410 | 1,12 | 8.299,20 |
| 5 | TORNIQUETE TÁTICO PADRÃO- Torniquete tático para controle rápido de hemorragias severas em membros superiores e inferiores. Características do Produto: Torniquete tipo Manual, feito em nylon de alta densidade, com haste de ferro ou polímero funcionando como aplicador de pressão. Cor preta. Dimensões mínima da altura da fita em nylon: 3,81 cm (1 ½") | 434400 | UNIDADE | 2630 | 72,75 | 191.332,50 |
| 6 | TORNIQUETE TÁTICO PADRÃO- Torniquete tático para controle rápido de hemorragias severas em membros superiores e inferiores. Características do Produto: | 434400 | UNIDADE | 875 | 72,75 | 63.656,25 |

| | | | | | | |
|-----------------------------|---|--------|---------|------|-------|---------------|
| | Torniquete tipo Manual, feito em nylon de alta densidade, com haste de ferro ou polímero funcionando como aplicador de pressão. Cor preta. Dimensões mínima da altura da fita em nylon: 3,81 cm (1 ½") | | | | | |
| 7 | <p>MANTA TÉRMICA ALUMINIZADA PARA RESGATE- Cobertor térmico de emergência</p> <p>Características do produto:</p> <p>Material: poliéster aluminizado especial com propriedades térmicas que mantém a temperatura corporal; Suporta temperaturas de -11° a 10°, Dimensões mínimas: 1,40m x 2,10m.</p> | 407756 | UNIDADE | 3505 | 6,24 | 21.871,20 |
| 8 | <p>MÁSCARA RESSUSCITADORA POCKET PARA RCP- Máscara para ressuscitação cardíaco-pulmonar- RCP- em estojo com entrada para O2</p> <p>Características do produto:</p> <p>Utilizado em adultos e crianças; Máscara de cor transparente, Válvula unidirecional removível de alta eficiência, fácil desinfecção e 100% reutilizável, Válvula descartável com filtro, conector de 15 mm para acoplar equipamentos de auxílio respiratório, material: PVC livre de látex e atóxico.</p> | 391282 | UNIDADE | 2592 | 33,03 | 85.613,76 |
| 9 | <p>MÁSCARA RESSUSCITADORA POCKET PARA RCP- Máscara para ressuscitação cardíaco-pulmonar- RCP- em estojo com entrada para O2</p> <p>Características do produto:</p> <p>Utilizado em adultos e crianças; Máscara de cor transparente, Válvula unidirecional removível de alta eficiência, fácil desinfecção e 100% reutilizável, Válvula descartável com filtro, conector de 15 mm para acoplar equipamentos de auxílio respiratório, material: PVC livre de látex e atóxico.</p> | 391282 | UNIDADE | 863 | 33,03 | 28.504,89 |
| 10 | <p>TESOURA PONTA ROMBA- Tesoura com ponta romba para corte de vestuário</p> <p>Características do produto:</p> <p>Material: lamina em aço inox com ponta romba e com corte liso e cabo em plástico. A segunda lâmina deve conter apoio para o corte semicircular e corte microserilhado. Cor: Preta, Comprimento total: 14,5 a 15,5 cm, Comprimento da lâmina: 9 a 10 cm, Área de corte: 4 a 5 cm, Espessura da lâmina: 0,8 a 1,0 mm</p> | 3689 | UNIDADE | 3480 | 15,93 | 55.436,40 |
| 11 | <p>CAIXA DE LUVAS DE PROCEDIMENTO - Caixa com 100 unidades de luvas de procedimento para atendimento pré-hospitalar.</p> <p>Características do Produto:</p> <p>Luvas em látex 100% natural, não estéril, ambidestras, resistentes, com tensão de ruptura mínima, atendendo ao padrão 1.5 AQL, Superfície lisa, Totalmente impermeável à água e a outros fluidos. Tamanho G.</p> | 269893 | CAIXA | 5274 | 17,16 | 90.501,84 |
| 12 | <p>CAIXA DE LUVAS DE PROCEDIMENTO - Caixa com 100 unidades de luvas de procedimento para atendimento pré-hospitalar.</p> <p>Características do Produto:</p> <p>Luvas em látex 100% natural, não estéril, ambidestras, resistentes, com tensão de ruptura mínima, atendendo ao padrão 1.5 AQL, Superfície lisa, Totalmente impermeável à água e a outros fluidos. Tamanho G.</p> | 269893 | CAIXA | 1756 | 17,16 | 30.132,96 |
| VALOR TOTAL ESTIMADO | | | | | | R\$ 91 |

1.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.4. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, § 4º do Decreto n. 8.538/2015.

1.5. Os itens acima serão parcelados tendo em vista serem itens independentes com especificações abrangentes que podem ser fabricados e fornecidos por diferentes empresas, aumentando assim a competitividade, sem alteração na qualidade dos produtos.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente de Estado, organizado e mantido pela União, integrante da estrutura básica do Ministério da Segurança Pública, tem por finalidade exercer as competências previstas no § 1º do art. 144 da Constituição, e demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes, e destina-se a:

- 2.1.1. apurar infrações penais contra a ordem política e social;
- 2.1.2. apurar infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas;
- 2.1.3. apurar outras infrações penais cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;
- 2.1.4. prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;
- 2.1.5. prevenir e reprimir o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;
- 2.1.6. exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;
- 2.1.7. exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

2.2. Nos serviços de segurança pública, muitas vezes, os policiais enfrentam situações adversas, como confronto corporal, acidentes com viaturas, armas de fogo ou materiais **perfurocortantes**, ocasionando muitas vezes ferimentos no corpo, necessitando de técnicas para o controle hemostático em situações de embate com a própria vida.

2.3. Desse modo, para garantir a execução de suas competências, não deixando de lado a segurança do seu servidor, a Academia Nacional de Polícia por meio do Serviço de Educação Física- SEF/ANP, vem proporcionando desde o ano de 2009, por meio Projeto de "Primeiros Socorros em Atividade Policial- PSAP", aulas teóricas e práticas em cursos básicos e continuados aos policiais federais visando o aprimoramento técnico e o aumento do grau de segurança das equipes no exercício das atividades operacionais. O Projeto tem como principais objetivos:

- Executar fundamentos e técnicas básicas de Primeiros Socorros dentro do contexto policial;
- Conhecer e aplicar técnicas de atendimento pré-hospitalar;
- Reconhecer emergências e urgências, adotando os protocolos necessários;
- Identificar e mensurar os sinais vitais da vítima;
- Reconhecer a gravidade de um ferimento;
- Conhecer técnicas básicas e avançadas de controle de hemorragia;
- Conhecer e aplicar os diversos tipos de curativo e torniquete táctico.

2.4. Diante da materialização e do planejamento futuro do curso de Primeiros Socorros em Atividade Policial pela Academia Nacional de Polícia, faz-se necessário a aquisição de "Kit de Primeiros Socorros do Operador" e distribuição a todos os policiais capacitados, tendo em vista este ser um instrumento que permite ao policial desenvolver os conhecimentos aprendidos, visando a garantia de sua vida e/ou a de outro colega em necessidade. A presente requisição contribui para o desenvolvimento das atividades operacionais com segurança e confiabilidade, resguardando e garantindo a sua integridade física no cumprimento de suas missões.

2.5. O "Kit de Primeiros Socorros do Operador" constitui-se em um Kit individual necessário a todo o policial que tenha finalizado o Curso Básico de Primeiros Socorros em Atividade Policial. O kit foi montado com base no mínimo necessário para um atendimento básico das principais ocorrências médicas enfrentadas pelos policiais federais (perfuração por arma de fogo, acidentes veiculares, Parada cardiorrespiratória, entre outros). O kit consiste basicamente nos seguintes materiais:

| Ord. | Discriminação | Quantidade |
|------|--|------------|
| 1 | Bornal Modular | 1 |
| 2 | Ataduras de Crepom | 2 |
| 3 | Pacote de Gaze Algodonada | 2 |
| 4 | Torniquete Táctico | 1 |
| 5 | Manta Térmica aluminizada | 1 |
| 6 | Máscara Ressuscitadora Pocket para RCP | 1 |
| 7 | Tesoura ponta romba | 1 |
| 8 | Caixa de luvas de procedimentos | 2 |

2.6. Diante do exposto e tendo como princípio norteador a NR- 7.5.1 do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE - que estabelece que todo o estabelecimento deve estar equipado com material necessário à prestação dos primeiros socorros, e considerando-se as características das atividades de risco a qual o policial é submetido, visualiza-se a necessidade do Kit de Primeiros Socorros Individual para cada policial que é capacitado no Curso de Primeiros Socorros em Atividade Policial.

2.7. O torniquete é um mecanismo extremamente eficiente de controle de hemorragias massivas nas extremidades (membros inferiores e superiores), devendo ser leve, fácil de portar e aplicar. As ataduras de crepom são utilizadas para confecção de curativos compressivos e imobilizações, visando também o controle de sangramentos e o conforto do ferido. Foram exigidas 2 ataduras por kit pois este é o mínimo necessário para um atendimento básico.

2.8. Também foram solicitados 2 (dois) pacotes de gazes estéreis, visando a limpeza de ferimentos. A manta aluminizada servirá para o controle da temperatura da vítima, evitando a hipotermia. A máscara de RCP serve para a correta manobra de Ressuscitação Cardiopulmonar, evitando a contaminação entre socorrista e vítima, assim como as luvas de procedimentos que, por economia, foram solicitadas em caixas visando reduzir o preço final.

2.9. A tesoura ponta romba tem a função de cortar as vestimentas para a exposição e correta avaliação do ferimento, já que durante a atividade policial, a vítima poderá estar usando calças, gandas, coturnos, coletes, etc.

2.10. Por fim, foi solicitado um bernal ou bolsa para o correto acondicionamento de todos esses materiais. Esse bernal deve possuir alça, além do sistema MOLLE a fim de que possa ser acoplado no colete balístico utilizado pelo policial, ou em mochilas, cintos, etc.

2.11. Vale ressaltar que as especificações dos itens foram escolhidas de acordo com produtos amplamente comercializados no mercado, priorizando tamanhos reduzidos tendo em vista o espaço limitado do bernal. Foram elencadas somente características básicas de cada item, de forma a propiciar que a competitividade seja ampliada.

2.12. A pretendida aquisição vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2010/2022 da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 1735/2010- DG/DPF, atualizado pela Portaria nº 4453/2014-DG/DPF, contribuindo para que se atinjam os seguintes fatores críticos de sucesso e relacionando-se com as seguintes diretrizes:

2.12.1. Pessoal motivado: Dispor de efetivo motivado ao desempenho das atribuições e ao cumprimento da missão institucional.

2.12.2. Apoio logístico efetivo: Dispor de sistema de logística que permita manter todas as suas unidades em pleno funcionamento, sobretudo em situações adversas.

2.12.3. Capacitação permanente: Dispor de programa contínuo de educação e capacitação, individual e coletivo, e com avaliações periódicas que sejam refletidas na carreira.

2.12.4. Credibilidade mantida: Dispor de elevados índices de aceitação e credibilidade perante a sociedade brasileira e a comunidade internacional.

2.13. A aquisição dos Kits de Primeiros Socorros também está incluída nas políticas corporativas da Polícia Federal no sentido da valorização das pessoas, dos seus servidores tendo em vista a promoção da valorização e o equilíbrio do quadro funcional, realizando capacitações e avaliações contínuas, bem como o reconhecimento do mérito dos servidores. A aquisição dos kits são também complementares à Política de Fomento do ensino, pesquisa e ciência da Polícia Federal que incentiva no desenvolvimento de produções de conhecimento de interesse mundial e promovendo a disseminação interna e externa de Técnicas de Controle Hemostático pela Academia Nacional de Polícia.

2.14. A aquisição dos Kits de Primeiros Socorros contribuirá para que os seguintes objetivos institucionais e ações estratégicas, fixados no mesmo Plano Estratégico, sejam devidamente resguardados pelos motivos expostos anteriormente:

2.14.1. Objetivo Institucional: Valorizar o Servidor.

2.14.1.1. Ação Estratégica: Gestão por Competência- Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de motivação, avaliação do mérito e de reconhecimento das competências de todo o corpo funcional, reestruturando a metodologia de treinamento e ensino e de maneira a obter os melhores resultados, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

2.14.1.2. Ação Estratégica: Assistência à Saúde do Servidor: Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de proteção à saúde e à segurança, propiciando o bem-estar, satisfação e higidez de todo o corpo funcional.

2.14.2. Objetivo Institucional: Promover a Cidadania - Promover o reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras.

2.14.2.1. Ação Estratégica: Individualização do Cidadão- Desenvolver, sistematizar e implementar técnicas e mecanismos de individualização da pessoa, no sentido de conferir uma identificação única e específica para cada cidadão, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

2.14.3. Objetivo Institucional: Incrementar os Acordos e Parceria- Promover, consolidar, regular e oficializar parcerias estratégicas, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo e legitimidade às ações operacionais, de inteligência, de treinamento, de transferência de tecnologia, entre outras.

2.14.3.1. Ação Estratégica: Incrementar os Acordos e Parcerias no sentido de promover, consolidar, regular e oficializar parcerias estratégicas, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo e legitimidade às ações operacionais, de inteligência, de treinamento, de transferência de tecnologia, na área de proteção à saúde do servidor, como a capacitação em Cursos de Primeiros Socorros e a vinculação do fornecimento do Kit Básico do Operador.

2.14.3.2. Ação Estratégica: Cooperação Nacional- Estabelecer, sistematizar e implementar padrões e normas de cooperação em âmbito nacional, promovendo o intercâmbio de informações entre órgãos e organismos nacionais, por meio da celebração de convênios, termos de cooperação e acordos de cooperação técnica, no sentido de buscar maior interação entre as ações desencadeadas nas unidades federativas, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados. 2.18.3.3- Ação Estratégica- Gestão de Acordos e Parcerias- Desenvolver, sistematizar e implantar mecanismos de acompanhamento e fiscalização dos instrumentos de cooperação firmados em âmbito nacional e internacional, aprimorando o controle do fluxo do processo e fornecendo aos servidores envolvidos, o treinamento e capacitação adequados.

2.14.4. Objetivo Institucional: Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais - Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

2.14.4.1. Ação Estratégica: Gestão de Compras - Orientar, formalizar, executar e gerenciar as atividades de aquisição de bens e serviços, atuando na elaboração de processos de compras em todas as suas modalidades, objetivando a racionalização das aquisições com foco na economicidade.

2.14.4.2. Ação Estratégica: Gestão Patrimonial - Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de planejamento, padronização, controle, otimização de uso e inventário dos bens e materiais de consumo, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

2.15. A partir do ano de 2009, por meio Projeto de "Primeiros Socorros em Atividade Policial- PSAP", os cursos básicos de primeiros socorros começaram a se estender para as Unidades Descentralizadas, bem como parcerias entre o SEF/ANP e o SAT/ANP tem sido formalizadas no sentido de treinar todos os instrutores do Serviço de Armamento e Tiro. Esse histórico pode ser resumido da seguinte forma:

| ALUNOS FORMADOS | | | |
|-----------------|------|--------------------|--|
| Ordem | Ano | Local de inserção | Quantidade aproximada de policiais capacitados |
| 1 | 2013 | CFP | 650 |
| 2 | 2014 | CFP | 650 |
| 3 | 2017 | Santa Catarina | 30 |
| 4 | 2017 | Pernambuco | 30 |
| 5 | 2017 | Amazonas | 30 |
| 6 | 2017 | Mato Grosso | 30 |
| 7 | 2018 | Alagoas | 30 |
| 8 | 2018 | Mato Grosso do Sul | 60 |
| 9 | 2018 | Brasília | 30 |

| | | | |
|--|------|---|-------------|
| 10 | 2018 | Rondônia | 30 |
| 11 | 2018 | Rio Grande do Sul | 30 |
| 12 | 2018 | Espírito Santo | 30 |
| 13 | 2018 | CATO I, II, III, IV | 120 |
| 14 | 2018 | Professores PSAP (professores formados que ainda estão sem o Kit) | 75 |
| Total estimado de servidores capacitados até 2018 | | | 1825 |

* CFP = Curso de Formação Profissional.

* CATO = Curso Avançado de Técnicas Operacionais

* PSAP = Primeiros Socorros em Atividade Policial

* Nome do estado = Estado que já recebeu treinamento específico do Curso Básico de PSAP

| PREVISÃO DE ALUNOS CAPACITADOS | | | |
|--|------------|--------------------------|------------------------------|
| Ordem | Ano | Local de Inserção | Quantidade aproximada |
| 1 | 2019 | CFP | 650 |
| 2 | 2019 | Instrutores do SAT | 350 |
| 3 | 2019 | Rio Grande do Norte | 30 |
| 4 | 2019 | Tocantins | 30 |
| 5 | 2019 | São Paulo | 30 |
| 6 | 2019 | Rio de Janeiro | 30 |
| 7 | 2019 | Roraima | 30 |
| 8 | 2019 | Goiás | 30 |
| 9 | 2019 | Acre | 30 |
| 10 | 2019 | Minas Gerais | 30 |
| 11 | 2019 | Paraná | 30 |
| 12 | 2019 | Bahia | 30 |
| 13 | 2019 | CATO V e VI | 80 |
| 14 | 2019 | Professores PSAP | 40 |
| 15 | 2020 | Pará | 30 |
| 16 | 2020 | Piauí | 30 |
| 17 | 2020 | Amapá | 30 |
| 18 | 2020 | Paraíba | 30 |
| 19 | 2020 | Sergipe | 30 |
| 20 | 2020 | Maranhão | 30 |
| 21 | 2020 | Ceará | 30 |
| Total estimado de servidores capacitados até 2020 | | | 1630 |

* Legenda: CFP = Curso de Formação Profissional.

* CATO = Curso Avançado de Técnicas Operacionais

* PSAP = Primeiros Socorros em Atividade Policial

* Nome do estado = Estado que já recebeu treinamento específico do Curso Básico de PSAP

2.16. O curso de formação 2019 está previsto para o período de 06/05/2019 à 04/10/2019. Durante o curso, os alunos terão contato com a disciplina PSAP e terão conhecimento sobre a importância e a forma adequada de utilização dos equipamentos de primeiros socorros. A previsão é que todos os formados recebam os kits após a posse. Com relação à formação dos operadores PSAP/SAT, está prevista a realização de três cursos para o primeiro semestre e outros três para o segundo semestre de 2019. Esse curso terá o foco em primeiros socorros após incidentes em linha de tiro, onde os instrutores aprovados estarão capacitados à utilizar o kit da forma adequada para cada situação. Com relação aos cursos básicos de PSAP nos estados, a previsão é a realização de um curso por mês no ano de 2019, a partir do mês de fevereiro. Nesse curso, os policiais terão aulas teóricas e práticas de como utilizar o kit da forma adequada. De acordo com o SEOP/ANP, existe previsão de dois Cursos Avançados de Técnicas Operacionais (CATO), um para o primeiro semestre e outro no segundo semestre 2019. Nesse curso, os policiais também terão aulas teóricas e práticas de como utilizar o kit individual de primeiros socorros. Com relação à capacitação continuada de PSAP nos estados, a previsão é a realização de um curso por mês no ano de 2020 a partir do mês de fevereiro. Nesse curso, os policiais terão aulas teóricas e práticas de como utilizar o kit da forma adequada. Segue abaixo a previsão do quantitativo estimado de servidores capacitados até o ano de 2020:

| Total estimado de servidores capacitados em 2018 | Total estimado de servidores capacitados entre 2019 e 2020 | Total de servidores capacitados até 2020 |
|---|---|---|
| 1825 | 1630 | 3455 |

2.17. Além do quantitativo de itens do objeto registrados no item 2.5 por total de servidores capacitados até 2020, conforme registrado no item 2.16, acrescentou-se ao objeto deste Termo de Referência, item 1.1, o quantitativo de material necessário a ser utilizado pelo corpo docente da Academia Nacional de Polícia no Curso de Primeiros Socorros, principalmente os cursos a serem ministrados nos Cursos de Formação Profissional referente ao Concurso Público, Edital nº 01- DGP/PF, de 14 de junho de 2018.

| Item | Descrição | Quantidade |
|-------------|---|-------------------|
| 1 e 2 | Bornal | 25 |
| 3 | Atadura de Crepom | 500 |
| 4 | Compressa de gaze | 500 |
| 5 e 6 | Torniquete | 50 |
| 7 | Manta Térmica | 50 |
| 10 | Tesoura Ponta Romba | 25 |
| 11 e 12 | Caixas de luvas de procedimento tamanho G | 120 |

- 2.18. Verifica-se, portanto, que a contratação pretendida abrange vários objetivos do órgão, contribuindo para o efetivo atendimento da sua atividade fim.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002 e o Decreto nº 5.450/05, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante as especificações usuais do mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 4.1. O prazo de entrega dos bens é de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da assinatura do contrato, em remessa única, encaminhada ao seguinte endereço: Serviço de Educação Física - SEF/DIDH/COEN/ANP/DGP/PF - Academia Nacional de Polícia - Rodovia DF 001 KM – 02 Setor Habitacional Taquari – Lago Norte – CEP: 71559-900 – Brasília/DF.

- 4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

- 4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- 4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

- 4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

- 4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 5.1. É de total responsabilidade da Contratada o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução do objeto, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos;

- 5.2. A Contratada deverá tomar todos os cuidados necessários para que, da consecução dos serviços de fornecimento, não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;

- 5.3. A Contratada deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta licitação;

- 5.4. A A Contratada deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus Artigos 5º e 6º, no que couber;

- 5.5. Conforme dispõe o Capítulo III, art. 5º, inciso III da Instrução Normativa/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, poderá ser exigido o seguinte critério de sustentabilidade ambiental: “que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento”.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. São obrigações da Contratante:

- 6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

- 6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

- 6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

- 6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

- 6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

- 6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

- 6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

- 6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

- 6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- 6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- 6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

| | | | |
|----------|-----|--------------------------------------|--|
| I = (TX) | I = | $\left(\frac{6}{100} \right) / 365$ | I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6% |
|----------|-----|--------------------------------------|--|

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, considerando que é o índice oficial de monitoramento da inflação no Brasil.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2. multa moratória de 0,2 % (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

13.2.3. multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 12.1 deste Termo de Referência.

13.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. As sanções previstas nos itens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. Com base nos orçamentos efetuados em sites especializados e instrumentos de pesquisa de compras públicas ([Painel de Preços](#) e [Portal de Compras](#)), elaborou-se o Mapa Comparativo de Preços (8692280), atualizado com a inclusão de itens relativos ao Processo SEI 08204.001393/2018-21, apresentando o valor estimado global da contratação de **R\$ 917.721,60 (novecentos e dezessete mil, setecentos e vinte e um reais e sessenta centavos)**

14.1.1. Os valores estimados por item são os seguintes:

| Item | Descrição/Especificação | Quantitativo | Unid. | RS Médio Unitário | RS Total |
|------|-----------------------------|--------------|--------|-------------------|------------|
| 1 | Bornal Modular | 3480 | Unid. | 95,70 | 333.036,00 |
| 2 | Ataduras de Crepom | 7410 | Unid. | 1,26 | 9.336,60 |
| 3 | Pacote com Gazes Algodonada | 7410 | Pacote | 1,12 | 8.299,20 |
| 4 | Torniquete Tático | 3505 | Unid. | 72,75 | 254.988,75 |
| 5 | Manta Térmica aluminizada | 3505 | | 6,24 | 21.871,20 |

| | | | Unid. | | |
|-----------------------|--|------|-------|-------|-------------------|
| 6 | Máscara Ressuscitadora Pocket para RCP | 3455 | Unid. | 33,03 | 114.118,65 |
| 7 | Tesoura Ponta Romba | 3480 | Unid. | 15,93 | 55.436,40 |
| 8 | Caixa de luvas de procedimentos | 7030 | Caixa | 17,16 | 120.634,80 |
| TOTAL DO CUSTO | | | | | 917.721,60 |

14.2. Os recursos orçamentários para a aquisição em tela serão apresentados pela Coordenação de Administração - COAD/DLOG/PF, UASG 200334, por meio de Declaração de Disponibilidade Orçamentária - DDO, no valor de **R\$ 917.721,60**, antes da publicação do edital do respectivo pregão eletrônico.

Brasília-DF, 9 de maio de 2019.

ANGÉLICA DUARTE DE AGUIAR

Escrivã de Polícia Federal
SECOL/DPC/CGPLAM/DLOG/PF

FERNANDO ALVES LEMOS JUNIOR

Agente de Polícia Federal
SEF/DIDH/COEN/ANP/DGP/PF

JOÃO ELIAS VIDIGAL SARKIS

Agente de Polícia Federal
Chefe substituto do SEF/DIDH/COEN/ANP/DGP/PF

DESPACHO DE APROVAÇÃO: Aprovo o presente Termo de Referência, por constatar que sua concretização observou os critérios que norteiam a Administração Pública. Constam, plenamente justificadas, a necessidade da contratação, a delimitação de seu objeto, aspectos técnicos fundamentais, obrigações das partes envolvidas bem como a estimativa de custos da contratação.

ROBERVAL RÉ VICALVI

Delegado de Polícia Federal
Diretor de Administração e Logística Policial



Documento assinado eletronicamente por **ANGELICA DUARTE DE AGUIAR, Escrivão (ã) de Polícia Federal**, em 09/05/2019, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOAO ELIAS VIDIGAL SARQUIS, Agente de Polícia Federal**, em 10/05/2019, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO ALVES LEMOS JUNIOR, Agente de Polícia Federal**, em 10/05/2019, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROBERVAL RE VICALVI, Diretor(a)**, em 10/05/2019, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10919029** e o código CRC **1EB41C16**.